APRESENTAÇÃO

O setor saúde no Brasil vive hoje um momento importante de sua história, com a criação, pela Constituição Federal de 1988, do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa situação já estava delineada com o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), que preconizava um novo papel para os serviços públicos de saúde, descentralizando para os níveis estadual e municipal as funções até então desempenhadas pelo Inamps e pretendendo, ainda, uma mudança na relação entre os setores público e privado.

O novo quadro do setor que, formalmente, redefine papéis e coloca novos atores no cenário não garante, por si só, a eficácia da prestação dos serviços públicos de saúde. Esse processo implica inovar a gestão pública tanto na redefinição dos objetivos das organizações de saúde, como na busca de novas formas de administrar recursos.

Com isso, técnicos e dirigentes do setor procuram incorporar à sua prática conhecimentos e técnicas administrativas que permitam reorientar as ações de saúde, dotando-as de maior eficácia. Nesse sentido, ao discurso dos recursos humanos, financeiros e materiais em saúde vem juntar-se o da gerência de serviços, discurso este que contempla a capacidade de gerir recursos, mesmo que escassos, para levar a organização pública de saúde a atingir seus objetivos, oferecendo serviços de qualidade à população.

O discurso da gerência dos serviços de saúde, no entanto, não garante também a eficácia dos serviços, sem uma mudança consistente nas práticas técnicas e administrativas dos profissionais de saúde. Sem isso, corre-se o risco de, mais uma vez, reificar conceitos, buscar soluções mágicas para problemas que estão a exigir compromisso e responsabilidade dos dirigentes com os objetivos da organização, com o atendimento dos interesses e necessidades da clientela, deixando de privilegiar a lógica corporativa dos dirigentes e profissionais do setor. Sem que se volte para fora da organização, é impossível atingir a eficácia da prestação dos serviços de saúde.

Nessa perspectiva é que se coloca a necessidade de entendimento da questão da gerência de serviços no processo de mudança do setor. Ela tem ganho, inclusive, grande espaço no discurso dos principais dirigentes do setor saúde do país. A preocupação recente com as dimensões administrativas do setor saúde tem revelado que já não se pode mais pensar sobre o setor sem se atentar para sua complexidade administrativa. A diversidade, a visibilidade e o escopo da ação governamental na área de saúde são maiores que em qualquer outra área do setor público.

As instituições de saúde, além de enfrentar seus problemas administrativos, recebem demandas, cada vez mais acentuadas, por mais e melhores serviços; necessitam adaptar-se a uma tecnologia sempre mais sofisticada, com especializações médicas que exigem conhecimentos interdisciplinares. Enfrentam, ainda, uma complexidade de demandas e dificuldades de apoio, fruto das condições sócio-econômicas de um país em desenvolvimento.

As demandas, necessidades e complexidade alcançadas pelas instituições de saúde já não comportam ações e decisões baseadas em experiências passadas e segmentadas do setor. É necessário desenvolver a capacidade administrativa, a visão estratégica, para buscar soluções alternativas para antigos e novos problemas; é preciso criar, dentro do setor saúde, instituições fortes, o que exige habili-

setor privado. Isso fez com que a maioria das internações hoje realizadas no país fosse de responsabilidade da rede hospitalar privada. Assim, não se pode falar em Sistema de Saúde resolutivo sem incorporar-lhe esta rede.

Nesse sentido, a questão da gerência dos serviços de saúde passa também pela relação com o privado, buscando novas formas de compra e controle dos serviços contratados e conveniados.

O artigo de José Rodrigues Filho analisa os mecanismos de pagamento hospitalar introduzidos pelo Inamps na compra de serviços e sua repercussão no comportamento das empresas prestadoras de serviços. Revela que o método introduzido pelo Inamps, em 1983, não atingiu seu objetivo, qual seja o do controle das internações e que isto só veio ocorrer em função de outros mecanismos, com a política adotada para priorizar os hospitais públicos.

A ineficácia do método existente no Inamps alerta para a necessidade de visualizar outras alternativas de gerenciamento dos serviços hospitalares. O artigo de Francisco Campos et alii apresenta uma proposta alternativa: os Grupos Diagnósticos Homogêneos (GDH). Esses grupos constituem um sistema de classificação de pacientes que permite aprimorar o modelo explicativo do processo de produção hospitalar. Apesar de o modelo não ter sido testado no Brasil, ele contribui não apenas como novo modelo de gestão para a melhoria de qualidade da assistência médica prestada, mas também para encontrar novos mecanismos de pagamento dos serviços contratados.

Partindo da discussão dos cursos hoje existentes para formação de recursos humanos necessários à implantação da reforma sanitária, Gonzalo Vecina Neto apresenta uma proposta de currículo para formar o que chama de gerente de saúde coletiva. Parte do delineamento do perfil desse profissional e apresenta as áreas de conhecimento que devem contemplar a formação do futuro tomador de decisão do setor saúde.

A contribuição de André Medici, recuperando a história das propostas de Reforma Sanitária, traz para o debate atual o papel que a Fiocruz desempenhou na formação de recursos humanos e aquele que pode desempenhar para construir um modelo integrado de formação de recursos humanos, na área de saúde coletiva.

O autor discute um novo modelo para os cursos na área de saúde, procurando superar a dicotomia entre o discurso e a prática, ou seja, deixar de privilegiar o planejamento, enquanto capaz de traduzir a racionalidade de modelo crítico, relegando a segundo plano a administração, enquanto forma de operacionalizar os serviços a partir da conquista de espaços.

O autor faz uma proposta de organização dos cursos da Fiocruz para formar os recursos humanos necessários à implantação da Reforma Sanitária, passando pela discussão do campo da saúde coletiva.

As questões tratadas neste número da *RAP* não abordam todos os problemas da gestão dos serviços de saúde. Apesar disso, não se quis perder a oportunidade de contribuir para a discussão da gerência. Contudo, pretende-se, em outra ocasião, discutir outras dimensões, como a noção de gerência de serviços de saúde e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos.

Paulo Roberto Motta
Professor da EBAP

Luciano A. Prates Junqueira
Gerente da Fundap